

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2010

(Do Sr. Valtenir Pereira)

Requer a realização de audiência pública para discutir a defasagem remuneratória dos Peritos Federais Agrários do INCRA em comparação com os vencimentos atribuídos aos Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com a presença do Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Wagner Gonçalves Rossi, e do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Sr. Rolf Hackbart, para discutir a defasagem remuneratória dos Peritos Federais Agrários do INCRA em comparação com os vencimentos atribuídos aos Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

JUSTIFICAÇÃO

A eventual aprovação do Projeto de Lei nº 5920, de 2009, ainda submetido à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, agravará a situação de distorção salarial que aflige os servidores

do INCRA. De fato, se aquela proposição for acolhida sem que nada se faça em relação ao quadro de pessoal da autarquia encarregada de viabilizar a reforma agrária, atingir-se-á um contexto no qual servidores de nível médio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento passarão a receber remunerações 20% superiores às dos Peritos Federais Agrários, profissionais de nível superior.

O problema é recorrente, porque desde o ano de 2003 as perdas se avolumam, a ponto de, atualmente, os Fiscal Federais Agropecuários serem agraciados com remunerações cerca de 2,7 vezes maiores do que as atribuídas aos Peritos do INCRA. A consequência imediata dessa lamentável situação é que mais de sessenta Peritos Federais Agrários, muitos com formação privilegiada por pós-graduação, ingressados em concursos públicos realizados nos anos de 2004 e 2005, já deixaram o INCRA.

Em razão dessa circunstância, o concurso autorizado para o corrente ano pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão mal irá repor a força de trabalho perdida até o momento. O quadro se agrava ainda mais se for considerada a expectativa em relação ao número de aposentadorias, que até 2011 deve atingir mais de 30% do quadro atual de 1.000 peritos em atividade no INCRA.

A falta de tratamento adequado à carreira de PFA deixará o INCRA sem quadro profissional estável e qualificado para o desempenho da função de fiscalização agrária, prejudicando a capacidade técnica do Estado em realizar a reforma agrária, a regularização fundiária e o reconhecimento das comunidades quilombolas. O Parlamento precisa se mobilizar para evitar que uma verdadeira catástrofe como essa se concretize, razão pela qual apresentamos e esperamos ver aprovado o presente requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado VALTENIR PEREIRA